

AOS COMPANHEIROS DA NOVA ESQUERDA:

Em virtude de não poder participar do Encontro Estadual da NE - tendo que comparecer ao Congresso Nacional Extraordinário dos Jornalistas (com tarefas de coordenação de lançamento de campanha nacional pela democratização da comunicação), que se realiza no mesmo período, em Brasília - e particularmente impedido de participar do debate sobre o tema "Socialismo: estratégia e democracia", previsto para a manhã do dia 20 de abril, transformo os apontamentos que organizariam a intervenção, num pequeno texto. Adaptando precariamente aquilo que seriam apontamentos para uma sustentação oral, solicito a condescendência dos companheiros para esse esforço de incidência no debate. (Daniel Herz)

NOTAS PARA O DEBATE SOCIALISMO: ESTRATÉGIA E DEMOCRACIA >

INTRODUÇÃO

A descrição do cenário já é um chavão: queda dos muros, crise no leste, derrocada do socialismo real, estado de perplexidade das esquerdas. É nele que nos inserimos embora, com alguma antecedência, tenhamos conseguido admitir e desenvolver uma cultura antidogmática e uma postura de valorização da consciência e reconhecimento do papel do debate teórico. Sem dúvida, estamos num patamar que favorece a caracterização da crise. Mas mesmo numa situação diferenciada, em relação à ortodoxia, não são menores as nossas dificuldades, no que diz respeito à superação dos impasses gerados pela crise.

O debate sobre democracia e estratégia no socialismo deve ser marcado por uma reflexão, ainda que rápida, acerca da cultura das esquerdas e da problematização sobre os nossos limites e, sobretudo, de afirmação da vontade política de levar esse debate ao partido.

MARCHAS E CONTRAMARCHAS DE UM DEBATE TEÓRICO E POLÍTICO

O debate acerca da estratégia e da democracia ainda tem como um marco a concepção marxista do comunismo. Já há algum tempo, em nosso meio, são levantadas críticas, tanto ao conteúdo finalístico-dogmático do marxismo, quanto às especulações acerca da possibilidade de um "fim da história", com a desconstituição do Estado e das diversas mediações que caracterizam o espírito real do homem (direito, filosofia, política, etc.)

Concordamos que uma crítica às experiências do socialismo real deve, necessariamente, confrontar as premissas teóricas que deram origem a esses processos históricos.

Dado o sentido autoritário e excludente e mesmo totalitário de todas essas experiências - com os crimes perpetrados e as tragédias vividas - não se pode invocar "acidentes de percurso" ou apenas problemas de "interpretação". Esse debate, por isso, deve incidir no âmago das premissas lógicas que inspiraram, deram sustentação e orientaram o desenvolvimento daquelas formações sociais.

O viés autoritário e totalitário afirma-se na preten-

são - comum às suas diversas fundamentações teóricas, de apanhar a verdade de forma absoluta ou, no mínimo, o "princípio de toda verdade". Ter a certeza na frente e a história na mão - isto é, a "certeza" do comunismo e a história tomada como uma sucessão de modos de produção que, de forma mais ou menos lenta, mas inexoravelmente, nos levaria ao comunismo, através de um processo no qual a ação humana concorreria apenas para apressar um designio já contido na história. Essas convicções favorecem que a conduta do marxismo revolucionário se pautasse por uma aeticidade. Na prática, isso equivalia a uma opção pelo utilitarismo moral: "moral é tudo o que serve à revolução".

Dessa certeza, e indissoluvelmente ligada à ela, surge a ditadura do proletariado, voltada para extirpar os "resquícios da sociedade burguesa". E para que, por fim, eliminadas as classes, eliminado o Estado, se desvelasse de pleno a "essência comunista" do homem. Assim justificou-se a supressão "temporária" da democracia para que esta pudesse realizar-se plenamente "mais tarde". Aliás, o que se prometia somente para quando a própria noção de democracia não tivesse pouco ou nenhum sentido, uma vez que as mediações (Estado, política) não mais existiriam.

Permanecem em aberto, a nosso ver, avaliar até que ponto a teoria e a prática do "socialismo científico" não comprometeu a idéia do socialismo como um todo.

Coerente com o princípio da "verdade absoluta", estruturou-se uma estratégia destinada a cumprir o papel de apressar a história. Como o conteúdo do processo já era conhecido, bastava a tarefa de desvelá-lo. Essa concepção, então vigente restringia a "interpretação" da realidade apenas ao mínimo exigido pelas possibilidades de transformá-la. O resto era inútil ou mero diletantismo "filosófico". É assim que a preocupação inicial com a estratégia revolucionária resumia-se, na verdade, à uma grosseira "macrotática". Após 1917, tratava-se de responder aos problemas do "assalto ao poder", com a experiência singular da revolução Russa transformada em "modelo universal".

A ruptura política com o "pensamento" da social democracia e a posterior estalinização do processo ajudaram a aguçar a tensão anti-intelectualista existente no seio do

marxismo e, durante décadas - ressalvados movimentos pouco potentes de contra-corrente - prevaleceu o modelo da III Internacional, circunscrita à "justa política" leninista. Esse enrijecimento teórico e político, responsável por uma sucessão de tragédias que incluem as revoluções espanhola e chinesa, produziu marcas profundas, perceptíveis até hoje nas "proposições", ainda observáveis no interior do partido, acerca do papel meramente "técnico" ou "tático" da política e das instituições (parlamento, políticas públicas, etc.).

A concepção da revolução como um processo prolongado de acúmulo de forças, presidida por um movimento que busca a universalização de uma concepção subalterna do mundo (hegemonia), concebida por Gramsci, não obstante o mérito de valorizar o papel da consciência, não eliminou o traço autoritário, uma vez que a hegemonia buscada é, no fundamental, uma "ditadura da maioria", que assegura a liberdade para os iguais.

Do ponto de vista estratégico essa concepção se traduz em dois momentos estanques - aqui nos referimos à concepção gramsciana num sentido estrito - o da hegemonia (dominação) e o da supremacia (dominação mais direção), intermediadas por um momento de ruptura que redundaria no assalto ao poder ou em guerra civil.

A complexidade das sociedades contemporâneas, a sofisticação dos aparatos de poder, e as mediações impostas pela "indústria cultural" acentuaram o desprezo pela teoria e o pragmatismo e constituíram pano de fundo para uma necessária - revisão do esquema original, no que tange à estanquidade entre os momentos, acima referida: na ordem do dia, pautou-se uma combinação entre guerra de posição e guerra de movimento. Sem querer menosprezar o vasto acúmulo existente ou simplificar demais o debate, cabe registrar as fragilidades dessa formulação que ficou entre o genérico - o que, até certo ponto não poderia ser diferente, uma vez que as revoluções permanecem à margem do "centro" - e o doutrinário, a afirmação da "ruptura" como um princípio voltado para si mesmo. O problema também é constatável na sua antípoda, a social democracia que resolve as questões com o puro e simples reformismo.

A RECUSA DOS ATALHOS E DA SEDUÇÃO DOS CAMINHOS FÁCEIS

A tensão autoritária presente no pensamento político está muito longe de ser uma prerrogativa marxista. Acreditamos que todo o pensamento político, desde Platão, é imbuído por um forte tensão autoritária e, por vezes, totalitária. Essa "marca" se aprofunda na medida em que um determinado aspecto unilateral da realidade é tomado como premissa absoluta.

O que diferencia o marxismo é o fato de, ao contrário das demais filosofias (e respectivos sistemas políticos), ter obtido potência para realizar transformações que chegaram a abarcar mais de um terço da população do planeta.

Por isso, o que está em jogo não é apenas a falência de um determinado sistema, por mais díspares que sejam suas derivações, mas a possibilidade da existência de uma "razão" que dê conta da apreensão global do mundo, apontando ou não para sua transformação. É neste debate que se encontram nossos principais impasses, tensões, contradições e mesmo limites. Esta é uma questão que permanece aberta em nosso meio. Será possível erigir uma compreensão global do mundo que não tenha traço autoritário, ou o pensamento humano - e, conseqüentemente, a prática política - deve se contentar com a fixação de determinados aspectos da realidade e operar transformações em faixas específicas?

De alguma forma este debate esteve colocado para as esquerdas, nos últimos 40 anos, com a significativa diferença de que, até há pouco, a expectativa de vitória de um dos campos (no confronto socialismo x capitalismo) pudessem, através da ação política, resolver o impasse teórico. Tal expectativa talvez fosse ilusória, dado que, desde o advento da era termonuclear, tornou-se impossível a qualquer vontade de parte impor-se sobre a outra sem que o custo dessa vitória acabasse por desconstituir os motivos da luta, destruindo os fins que se almejam e pelos quais se luta.

Por certo esse debate prosseguirá aberto em nosso meio, porém não ter uma posição, ainda que provisória, é a pior forma de sabotar o debate. Além disso, é incontornável porque daí decorrem a atitude, e a postura diante do público, da estratégia, da política e assim por diante.

Acreditamos na possibilidade de uma "concepção recorrente" do mundo, o que só pode se tornar possível mediante a constituição de um núcleo lógico/ontológico que traga, entre suas premissas primeiras, um "não-absoluto", que dê conta da recorrência do homem e do mundo que ele constrói.

Em outras palavras, neste sentido, acreditamos na possibilidade de uma racionalização global acerca do mundo, de uma filosofia norteadora da prática política. Entretanto, só o esforço específico de constituição de uma ontologia aberta como pressuposto dessa filosofia pode dotar o empreendimento de um sentido verdadeiramente humanista.

Qualquer tipo de atalho que vise a simplificação do problema incorre, ainda que movido pelas melhores intenções, no caminho seguido pela pragmática tradição marxista que sempre buscou equacionar os problemas políticos para além, acima e apesar dos impasses na filosofia.

Tampouco resolve substituir a clássica pergunta primeira da filosofia "o que somos?", por outra, "o que deveremos ser?", na busca de soluções para a ontologian (que diz respeito à "lógica do ser"), seu movimento, suas "propriedades". Essa substituição, embora engenhosa, só transfere o problema e substitui a reflexão abstrata em torno do ser por afirmações categóricas e apriorísticas (afirmando "aquilo que o homem deveria ser") voltadas para

orientar sua conduta prática, seu trânsito no mundo.

Assim, tal como ocorre na ortodoxia marxista, "com sua vocação 'pós filosófica', com a pretensão de digerir séculos de filosofia, na verdade 'ingere' seus impasses" e resulta nas "múltiplas ontologias", todas absolutas/fechadas, que vão constituir os "vários marxismos". Com o recurso ao "imperativo categórico" cria-se, na prática, ainda que de forma involuntária, uma ontologia, centrada na dialética do sujeito, mais exatamente nas suas opções morais (normas de conduta). Tenta-se, com isso, substituir o debate em torno do conceito de homem por uma afirmação arbitrada pela idealidade (unilateral de uma vontade), indicando aquilo que ele (ainda) não é, e com a sua afirmação (enquanto opção moral) pela revolução (ou equivalente). De certa forma, conceber o homem real a partir de uma concepção sobre o homem ideal, foi a mesma trajetória seguida pelo "jovem Marx", para chegar à "essência comunista" do homem. Como se vê, de forma nem tanto sutil, também aqui temos a reprodução da ontologia dogmática. Acaba-se por reproduzir o "absoluto" que, presente na tradição marxista, faz parte também da trajetória do resto do pensamento político.

Questões filosóficas e políticas, nesse quadro, passam a ser tratadas, até certo ponto, indistintamente. E embora o problema da democracia possa ser tratado de forma relativamente autônoma, suas possibilidades de avanço inserem-se dentro dessa problemática. Por outro lado, discutir a possibilidade de uma concepção (filosofia) não dogmática de mundo, equivale, em termos práticos, a discutir a possibilidade da emancipação dos indivíduos, uma vez que cada indivíduo só poderá ser dono de si, se puder dispor do próprio "espírito". E, dado que o real "espírito" (essência) humano é a realidade constituída pelos meios que os homens engendram "fora de si", cabe aos homens perseguirem a si próprios, através das "pegadas" deixadas através de seus meios que, inevitavelmente tem "alcance" superior aos fins propostos (particulares), o que não permite aos homens, em princípio, se identificarem com eles.

Com essa ótica, defendemos que a democracia só pode ser compreendida em um sentido multilateral, pois diz respeito, de forma mais imediata, às relações dos homens entre si e destes com os meios, uma vez que estes meios engendram os condicionantes a partir dos quais tende a desdobrar-se a conduta humana e, portanto, a própria eticidade.

Um segundo aspecto, no que tange aos meios, insere-se, de forma específica o problema distributivista. Appear o problema da democracia na sua unidade implica em abordá-lo sob ambos os pontos de vista, nesses dois aspectos.

Por isso tomamos como questões estreitamente ligadas à possibilidade da democracia, a necessidade de "dispersão de potência" e de "controle dos meios".

É um grande passo reconhecer que a pluralidade não

deve restringir-se aos iguais, como já é consensual em nosso meio, e portanto que o direito à expressão, à organização e à construção partidária, sob regime algum, podem ser cerceados. É necessário, porém, superar uma certa "nostalgia da pólis" que traz o mesmo traço dissolvente das categorias contidas na tradição marxista, o que levou ao paroxismo a desconstituição dos meios, chegando mesmo a supor a dissolução do Estado e da política, para então identificar-se com sua "verdadeira essência" (o comunismo).

Entretanto, supor a democracia como exercida fundamentalmente através de mecanismo de participação direta e a supressão das mediações com o intuito de resgatar o lugar dos indivíduos e do cidadão é, no mínimo, partilhar - desta feita sequer sem a dignidade da correspondente concepção filosófica - da mesma dissolência na qual incorre o marxismo, além de unilateralizar o problema da democracia e da relação dos homens entre si, como se estes dispusessem de iguais condições de transitar no público.

Resulta dessa reflexão a compreensão de que só através da "dispersão de potência" se pode dar resposta adequada aos conflitos humanos. E de que,

por outro lado, só através do controle dos meios é possível engendrar uma relação de conteúdo novo e radicalmente humano.

Numa compreensão que nega "apriorismos", a eticidade tem que ser entendida como resultado de um processo, como um fim que, todavia, se produz processualmente, no aqui e no agora, que deve realizar-se através de cada etapa desse processo.

Removendo o "finalismo" podemos avançar pensando numa estratégia revolucionária que parte do princípio de que o processo revolucionário é um meio e um fim em si mesmo, na medida em que constitui novas relações que visam qualificar a conduta humana e, portanto, forjar uma eticidade de sentido humano.

Em outras palavras, a estratégia não pode ser restrita à vontade da parte, do partido revolucionário. A estratégia deve considerar, simultaneamente, nossa possibilidade de incidir na humanização, lado a lado, com outras vontades que supõem - ou pelo menos assim o expressam - fazer o mesmo.

Aqui as deficiências do marxismo parecem se somar às limitações da própria teoria política, o que fortalece a cristalização da "decadência do pensamento estratégico".

De fato, há uma tendência, hoje dominante, de pensar cada vez mais a estratégia do ponto de vista técnico e não tomada em seus aspectos multilaterais (associada à história, economia, sociologia, filosofia, etc.) como se tratasse apenas de um jogo envolvendo apenas probabilidades matemáticas e raciocínios estatísticos e não a produção da própria teleologia (da própria essência) humana.

A PREPARAÇÃO DO PARTIDO

Não poderíamos, aqui, ter a pretensão de "recuperar" a estratégia, constituindo premissas lógicas adequadas ao patamar em que as tarefas auto-atribuídas exigem hoje. Tampouco se negligencia a dimensão dos demais impasses e limites referidos. Mas é necessário observar que a busca uma nova esfera pública exige um profundo repensar da estratégia como possível ramo da teoria política, que se valha de um enfoque multidisciplinar para tratar do problema da humanização. Tal empreendimento é imprescindível, se quisermos ir além da afirmação genérica de valores e de proposições isoladas que, mesmo amparadas em uma racionalidade coerente, não chegam sequer a constituir o esboço do programa que se faz necessário para enfrentar globalmente e estruturalmente os problemas da sociedade brasileira. Problemas tais como governabilidade, financiamento do Estado, desenvolvimento econômico e social, enfrentamento da miserabilidade absoluta, exigem bem mais do que a tradicional postura reivindicatória e corporativista, ou o oposicionismo juvenil. Não basta dizer "o quê" sem preocupar-se com o "onde", o "quando", o "quanto" e sobretudo o "como".

O enfrentamento das questões nacionais exige um escopo que, além de abordar os vários planos de abordagem da estratégia, também afirmasse, em relação a cada um deles, ainda que minimamente, proposições que qualifiquem e preparem o partido para debater, junto aos mais diversos setores sociais, alternativas para uma Estratégia Nacional. Sem antecipar conclusões, se pode afirmar que o ponto de partida deve ser uma definição sobre o papel a ser cumprido por nosso país no sistema internacional, numa perspectiva da construção da autonomia estratégica. Daí decorrerão elementos vitais para a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento sócio-econômico, uma estratégia de transformação revolucionária da esfera pública autoritária e, por fim, dos elementos a partir dos quais se pode levar outras forças políticas a compor um "consenso entre diferentes" e assim caracterizar uma estratégia nacional.

A partir daí poderemos, sem exercício de futurologia, ou afirmação pura e simples de idealidade, equacionar questões como dívida externa, perfil e financiamento do estado, bases para governabilidade e a construção de cidadania, o grau possível de planejamento estratégico como potencial controlador do mercado.

Enveredar por atalhos, que critiquem as condições reais do País, tendo como parâmetro a idealidade do que seria o país dos nossos sonhos é um contrasenso e

conduz apenas ao voluntarismo, revela uma atitude irresponsável em relação ao programa, cria falsas expectativas, aponta para inviabilidades e, de fato, desarma o partido. As conseqüências serão nefastas, de efeitos proporcionais às responsabilidades que ora enfrentamos, não somente nos governos, mas sobretudo diante da sociedade como um todo. Num período em que o próprio partido enfrenta o exercício de funções executivas e participará de um pro-

cesso de reforma constitucional, essa questão programática é vital, principalmente porque o centro de sua tática eleitoral deve situar-se nas eleições presidenciais de 1994.

CONCLUSÃO

O processo de Congresso do partido nos coloca diante de grandes desafios. De um lado, devemos nos resguardar da arrogante atitude de autosuficiência. E, de outro, devemos cerrar combate ao pragmatismo pedante e ao dogmatismo sectário, contribuindo com as nossas possibilidades para fazer deste Congresso um momento de amplo debate do partido com a sociedade. No fundamental, é necessário promover uma reviravolta nos rumos do partido, na perspectiva da superação daquilo que hoje obstaculiza nosso avanço na formulação e no exercício das políticas públicas. Esse é nosso desafio, em conformidade com os expressivos passos já dados por ocasião do 7º Encontro Nacional. Mas que ainda está longe de onde podemos e necessitamos chegar.

Porto Alegre, abril de 1991.